



OPINIÃO

O fim da ilusão coletiva



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Já é conhecido o Orçamento do Estado para 2012. Como documento orientador da atividade do País revela-se de grande importância para os cidadãos, pois, apesar de ser previsional, logo sujeito a um complexo conjunto de contingências, não deixa de ser revelador dos valores e princípios em que assentará a ação de Portugal no período da sua vigência.

Sendo indiscutível a sua urgente necessidade, pois vivemos desde há muito tempo numa ilusão coletiva, também é verdade que o Orçamento aparece-nos com uma dureza inusitada, que não deixa ninguém indiferente.

Desde logo, pelas opções nele vertidas quanto ao esforço dirigido às diversas classes de rendimentos dos cidadãos. Sem que se justifique, aplica-se uma tributação muito acentuada aos proventos do trabalho, deixando de fora os de capitais, que passam incólumes a esse sacrifício.

As alterações introduzidas nas deduções do IRS para efeitos da determinação da matéria coletável ameaçam levar a um retrocesso da filosofia do sistema fiscal português, em que se abandona de forma efetiva o esforço de humanização e personalização do ato tributário, introduzido com a reforma de 1989, elegendo-se em sua substituição as fontes de rendimento.

Ou seja, sacrifica-se o esforço de enquadramento do sujeito passivo na sua realidade objetiva. O mesmo é dizer que, sempre que se desenquadram os sujeitos passivos da sua efetiva realidade de vida, deixamos de tributar pessoas e passamos a tributar “fantasmas”.

O esforço que é pedido aos cidadãos gerará efeitos circulares negativos para a economia, podendo colocar em risco, não só a receita prevista no OE, mas também a necessidade de maior

intervenção do Estado, por aumento do desemprego. Todos temos consciência do imperativo de recorrer a medidas de alcance imediato para estabilizar as finanças públicas, mas começa a emergir a ideia de que se está a pedir em demasia e que o doente pode acabar por sucumbir da cura.

Sente-se no ar um permanente temor e mal-estar nos cidadãos. O esforço para o reequilíbrio das finanças públicas não é acompanhado de um conjunto de ideias e alterações na nossa vida coletiva que transmita a esperança de um futuro melhor. Por outro lado, não se avançam com sinais concretos de que alguns desmandos que nos conduziram a este estado serão erradicados.

Confrontados com práticas nocivas ao interesse coletivo, os cidadãos sentem-se impotentes e sem força anímica aceitando, acriticamente, o pacote de sacrifícios que está em cima da mesa.

Com a devida tolerância por interpretações diferentes, é de capital importância os portugueses compreenderem o que se passa com as contas do seu País, exigindo-se comportamentos sustentados no rigor, transparência e organização da gestão da causa pública, o que, infelizmente, não tem sido tradição em Portugal. É um direito indiscutível e inalienável que os cidadãos saibam o que pagam, porque pagam e, pelo menos, até quando pagam. ■

*Artigo escrito com a nova grafia

“

Todos temos consciência do imperativo de recorrer a medidas de alcance imediato para estabilizar as finanças públicas, mas começa a emergir a ideia de que se está a pedir em demasia e que o doente pode acabar por sucumbir da cura.